

**OCDE, et al. (2013). *Perspectivas económicas em África, 2013. Transformação estrutural e recursos naturais em África.* Edições OCDE.**

**Fernando Canastra**

Universidade Católica de Moçambique

[fcanastra@ucm.ac.mz](mailto:fcanastra@ucm.ac.mz)

O Relatório produzido pela OCDE e outros autores, em 2013, procura analisar as principais implicações do processo de transformação estrutural em África, no contexto da gestão dos recursos naturais. Os autores defendem que os recursos naturais (energéticos, minerais e agrícolas) podem constituir uma estratégia de transformação activa no quadro do desenvolvimento económico e social dos países em desenvolvimento.

O presente Relatório encontra-se estruturado em três partes: (i) Situação macroeconómica e perspectivas futuras de África; (ii) Tema especial “Transformação estrutural e recursos naturais em África”; (iii) Notas países.

Depois de realizar uma radiografia da situação macroeconómica de África e de traçar algumas perspectivas futuras em termos de políticas económicas e de desenvolvimento, o Relatório apresenta um tema especial intitulado “Transformação estrutural e recursos naturais em África”. A nossa leitura focaliza-se, de modo particular, nos principais eixos que podem estar na base desta profunda transformação estrutural em África, tendo como força motriz os recursos naturais.

Um dos eixos, que tende a contribuir para a implementação das condições de enquadramento desta transformação estrutural, está relacionado com o papel que desempenham os factores contextuais, tais como a regulação das políticas económicas (mormente no que concerne às políticas fiscais e monetárias), a qualidade dos serviços públicos (incluindo infraestruturas e educação) e o investimento na tecnologia e transferência de competência (tirando partido do investimento estrangeiro).

A regulação de políticas económicas, sobretudo no campo fiscal e monetário, nem sempre se concretiza de forma eficiente e eficaz devido a uma lógica, predominantemente, mono-partidária ou até à instabilidade latente que se verifica em muitos países africanos. Esta visão do que deve ser o papel regulador do estado, a par do défice de uma literacia qualificada, por parte da maioria da população, diz o Relatório, colocam em causa a “qualidade da governação”, factor determinante na transformação estruturante, tanto em termos de desenvolvimento social e económico, como na alteração do quadro de desigualdades sociais, que ainda se verifica na maioria dos países africanos.

Por sua vez, a qualidade dos serviços públicos, tanto em termos de infraestruturas, como ao nível da educação e formação, têm sido, em grande medida, responsáveis pela falta de qualidade de vida e de bem-estar das populações. Os “lucros” dos recursos naturais deveriam contribuir para a melhoria das condições de vidas das pessoas e comunidades, particularmente aquelas em que se verificam os grandes

investimentos. O Relatório considera, por conseguinte, que uma gestão sustentada dos recursos naturais poderá potenciar um desenvolvimento inclusivo e holístico.

Quanto ao investimento, proveniente do estrangeiro, embora se constata um aumento global da produtividade, as populações locais nem sempre beneficiam, directa ou indirectamente, desta presença, tanto em termos económicos, como ao nível da transferência de competência e tecnologia. Deste modo, em vez de a mão-de-obra tradicional se deslocar para sectores de alta produtividade (com recurso à tecnologia e acelerando o processo de industrialização, particularmente no sector agrícola), continua afastada das oportunidades de aprendizagem e, conseqüentemente, do aumento do capital humano local. O Relatório chama, por isso, a atenção do papel que podem desempenhar as universidades no que concerne à geração de mão-de-obra altamente qualificada, aproveitando as sinergias das grandes empresas estrangeiras instaladas no país.

O Relatório apresenta, ainda, o “estado da arte” dos diversos países africanos, em matéria de transformações estruturais, tanto ao nível político, como económico. Assim, procurando convocar uma leitura mais contextualizada (neste caso, referindo-nos a Moçambique), destacamos alguns dos desafios que se colocam, particularmente do ponto de vista da governação económica e política.

Relativamente à governação económica, o Relatório considera que “apesar do elevado e sustentado crescimento económico registado ao longo de mais uma década, a economia de Moçambique não sofreu qualquer alteração estrutural significativa, o que limita a sua capacidade para reduzir de forma sustentável a pobreza e para promover o desenvolvimento humano, ainda um dos mais baixos do mundo” (p. 5).

Todavia, ao nível das políticas governamentais, há uma clara necessidade de “fortalecer os vínculos económicos com a economia local, de maneira a promover a criação de emprego e a transferência de tecnologia” (p. 17). Procura-se, assim, por um lado, aumentar o papel regulador do Estado, no que toca ao enquadramento fiscal do investimento estrangeiro e, por um lado, reforçar os mecanismos de participação pró-activa das comunidades locais.

Concluindo, o Relatório considera que “o sucesso da estratégia de desenvolvimento de Moçambique depende da melhoria da capacidade do estado para projectar, coordenar e implementar as políticas públicas necessárias, incluindo a colaboração com o sector privado e a sociedade civil” (p. 17). Ou seja, a “qualidade da governação” tende a ser considerada, pelo Relatório, como a estratégia-chave para potenciar a transformação estrutural, em matéria de crescimento inclusivo e de desenvolvimento social, tendo como suporte o crescimento da exploração dos recursos naturais, em território moçambicano. Para tal que isso aconteça, implica investir no incremento de políticas económicas que tenham um impacto positivo nas comunidades locais, procurando envolvê-las em todo o processo e tornando-as partícipes dos benefícios económicos que, até ao momento, tendem a beneficiar apenas uma pequena minoria da população moçambicana, para além dos investidores estrangeiros.